

RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063 /2016 EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 003/2016

Outorga de Concessão de Direito Real de uso de bens imóveis

O Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, Excelentíssimo Senhor Walter Kleber Kucher Junior torna público a **Concorrência nº 003/2016** do tipo **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA**, para Concessão de Direito Real de Uso de imóvel para finalidades industriais, comerciais e prestação de serviços no Município de Erval Velho, conforme especificado no Capítulo I e Anexo II deste Edital, a ser processado e julgado em conformidade com a Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações.

O prazo para os proponentes apresentarem os envelopes de documentos para habilitação e propostas será até às **14h00min do dia 20 de dezembro de 2016**, mesmo horário e data para abertura dos envelopes a ser realizada na sala de reuniões da Prefeitura Municipal na Rua Nereu Ramos n° 204 Centro em Erval Velho/SC, CEP 89613-000.

#### CAPITULO I - DO OBJETO, FINALIDADES, METAS E PRAZO DOS BENEFÍCIOS

- Art. 1º-Constitui objeto desta licitação a seleção de pessoa jurídica ou física para outorga de Concessão do Direito Real de Uso dos bens imóveis abaixo descritos, de propriedade do Município de Erval Velho, nos termos da Lei Complementar nº 030 de 19 de agosto de 2011, com a finalidade de instalação de empreendimento industrial, comercial ou prestação de serviços no Parque Industrial Prefeito Honório Piovezan
- **I -** Um imóvel **Área 01 "A"** constituído por um terreno com a área de 2.103,61 m² (dois mil cento e três metros e sessenta e um decímetros quadrados) sem benfeitorias situado na Rua Primo Luiz Mozzer, Bairro da Gruta, Município de Erval Velho, descrito no memorial descritivo (anexo) que faz parte integrante deste edital.
- Art. 2º-O prazo de vigência da Concessão objeto deste certame será de 10 (Dez) anos consecutivos, contados a partir da data da assinatura do respectivo Contrato Administrativo de Concessão do Direito Real de Uso (minuta constante do **Anexo "I"** deste Edital), podendo ser prorrogado por mais 10 (Dez) anos, se estiver sendo atingida a finalidade da permissão e as metas previstas neste edital.
- **Parágrafo único -** A prorrogação deverá ser requerida pela beneficiária no prazo de 6 (seis) meses anteriores à data do término da vigência do respectivo Contrato, demonstrando que manterá as condições propostas na contratação, necessários para a prorrogação de prazo ficando a critério do CMDE Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico o deferimento. O indeferimento deve ser justificado e fundamentado.
- Art. 3º-Os bens concedidos são inalienáveis, impenhoráveis e vedada a instituição de garantia hipotecária sobre o mesmo.

### CAPITULO II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Art. 4º -Poderão participar as empresas ou pessoas físicas que apresentarem os requisitos



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

mínimos de qualificação exigidos neste edital.

- Art. 5° Não poderão participar desta Concorrência pessoa jurídica e física:
- I Sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- II Sem registro no País (estrangeiras que não funcionam no País);
- III Constituídas em regime de consórcio;
- IV Declaradas inidôneas por qualquer órgão público;
- V Suspensa do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

**Parágrafo único -** Caso se constate a ocorrência das situações impeditivas acima indicadas, ainda que "a posteriori", a empresa será inabilitada, desclassificada ou terá revogada a Concessão de Direito Real de Uso outorgada pelo Município, dependendo do caso, ficando incursa, juntamente com seus representantes, nas sanções previstas no art. 90 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

- *Art.* 6° A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- Art. 7° Para se manifestar nas fases deste procedimento licitatório as participantes poderão credenciar um representante:
- I Se administrador da pessoa jurídica, mediante apresentação de cópia do ato constitutivo ou documento de nomeação ou eleição e documento de identidade;
- II Se terceiro, mediante instrumento público de procuração ou por procuração particular, esta com reconhecimento de firma e documento de identidade.
- $\S 1^{\circ}$  Nenhum interessado poderá participar da presente licitação representando mais de uma proponente.
- § 2º O não credenciamento do representante impedirá qualquer pessoa presente de se manifestar e responder pela proponente, sem prejuízo do direito de oferecimento dos documentos de habilitação e proposta.
- § 3° Até a data da abertura dos envelopes, mediante juntada dos documentos previstos neste artigo, poderá haver substituição do representante junto ao processo licitatório.
- Art. 8°-A abertura dos envelopes com os documentos e propostas se efetuará às **14h00min** do dia 20 de dezembro de 2016, pela Comissão Permanente de Licitações, com qualquer número de representantes dos proponentes presentes no ato.
- §  $1^{\circ}$  Somente serão abertas as propostas das proponentes que apresentarem todos os documentos solicitados no edital, sendo devolvidos aos proponentes inabilitados os envelopes de proposta lacrados.
- $\S 2^{\circ}$  Havendo recurso, as partes serão notificadas para abertura das propostas em nova data a ser designada.
- § 3° Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

- *Art. 9º -* Todos os proponentes que pretendem participar da presente licitação deverão apresentar os seguintes documentos:
- § 1° Habilitação jurídica, apresentar um dos seguintes comprovantes, conforme o caso:
- I Registro comercial, no caso de empresa individual;
- II Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- III Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- IV Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- § 2° **Habilitação fiscal**, apresentar prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede ou domicílio da Licitante, expedidas pelos órgãos abaixo relacionados, dentro dos seus períodos de validade, quais sejam:
- I Prova de <u>inscrição</u> no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas <u>(CNPJ)</u> ou Pessoas Físicas <u>(CPF)</u>.
- II Prova de <u>regularidade</u> para com a Fazenda <u>Federal</u> compreendendo os Tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal.
- III Prova de <u>regularidade</u> fiscal para com a Fazenda <u>Estadual</u> do domicilio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente.
- IV- Prova de <u>regularidade</u> perante a Fazenda <u>Municipal</u>, através da apresentação de Certidão Negativa de Débito expedida pela Prefeitura Municipal, do domicilio ou sede da proponente.
- V Prova de <u>Regularidade</u> relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço <u>(FGTS)</u>, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- VI Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho
- § 3º Qualificação econômica-financeira, apresentar documentação relativa a:
- I Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial.
- II Certidão negativa de protestos e títulos, expedidas pelos ofícios de títulos da sede da Comarca do proponente.
- § 4° **Declaração** da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos".
- § 5° **Declaração** da proponente que cumpre o art. 54, I,"a" da Constituição Federal, que diz o seguinte: " Art. 54 Os Deputados e Senadores não poderão: I Desde a expedição do



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- diploma: a) Firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes" e o Art. 54, II, "a" que diz o seguinte: "II Desde a posse: a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- § 6° As pessoas físicas deverão apresentar os mesmos documentos **exceto** aqueles próprios para as pessoas jurídicas.
- **Art. 10 -** Estes documentos deverão ser apresentados em envelope fechado, separado da proposta, endereçado à Prefeitura Municipal de Erval Velho, contendo os dizeres: "Concorrência n° 003/2016 Documentos", e o nome da proponente (caso o envelope não seja timbrado).
- $\S 1^{\circ}$  Serão aceitas fotocópias da documentação acima enumerada desde que autenticadas ou acompanhadas do respectivo original.
- § 2° No caso de fotocópias acompanhadas dos originais, a autenticação será feita no ato, por um dos membros da Comissão Permanente de Licitações, com a devolução do original.
- § 3° A não apresentação de qualquer dos documentos acima importa na desqualificação da proponente.

#### CAPITULO III – DA PROPOSTA TÉCNICA

- **Art. 11 -** O envelope "Concorrência n° 003/2016 Proposta", deverá conter a proposta propriamente dita, datilografada ou impressa por processo eletrônico, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:
- I Indicação da razão social, endereço completo e nº do CNPJ/MF da proponente; ou nome completo, CPF e RG da proponente se pessoa física.
- II número desta Concorrência:
- III demonstração dos aspectos físicos, econômicos e ambientais de implantação ou ampliação da atividade;
- IV descrição sumária dos objetivos, incluindo as repercussões econômico-sociais para a economia local:
- V número de empregos a serem gerados diretamente, e a qualificação demandada, bem como o prazo de efetiva contratação e permanência das vagas,
- VI matéria-prima a ser utilizada, e sua origem;
- VII origem, aplicação e cronograma dos investimentos;
- VIII projeção das vendas físicas e faturamento para os próximos 3 (três) anos:
- IX observações gerais que a empresa julgar necessárias, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais, decorrentes da realização do projeto;
- X local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- § 1° O prazo de validade da proposta deve ser de 60 (sessenta dias) dias.
- § 2º As propostas, depois de entregues, serão irretratáveis e irrenunciáveis.

#### CAPÍTULO IV – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

- Art. 12 O julgamento far-se-á entre as propostas qualificadas e a adjudicação far-se-á à proponente cuja proposta esteja de acordo com as especificações contidas no presente EDITAL, e que apresente: **MELHOR PROPOSTA TÉCNICA.**
- Art. 13 Para julgamento das propostas, serão atribuídos pontos conforme os seguintes critérios:
- I Número de empregos diretos:
- a De 01 a 05 empregos diretos = 5,0 pontos;
- b De 06 a 10 empregos diretos = 8,0 pontos;
- c De 11 a 15 empregos diretos = 10,0 pontos;
- **d** De 16 a 20 empregos diretos = 12,0 pontos;
- e Acima de 20 empregos diretos = 15,0 pontos;
- II Maior área construida, sendo que para cada 600m² de área construida será atribuido
  = 1,0 ponto
- III Maior previsão de faturamento nos primeiros 03 anos = 10,0 pontos

**Parágrafo único -** É estabelecido como previsão de faturamento mínimo para o primeiro exercício R\$ 3.600.000,00 ( Três milhões e seiscentos mil reais)

- § 1° A classificação das propostas será efetuada pela ordem decrescente dos totais de pontos obtidos pelos proponentes, considerando-se vencedora a proposta com a maior número de pontos obtidos.
- $\S 2^{\circ}$  A discriminação do cumprimento dos critérios de pontuação estabelecidos no caput deverá ser efetuada da forma clara e detalhada, sendo que, caso determinado critério não possa ser mensurado e/ou avaliado de forma objetiva, o mesmo será considerado ausente e não irá auferir os pontos.
- $\S 3^{\circ}$  Havendo empate entre duas ou mais propostas a classificação se fará por sorteio, em ato público, na ocasião em que for divulgada a classificação das propostas.
- **Art. 14 -** O Poder Executivo reserva o direito de aceitar a proposta classificada como mais vantajosa para o Município, devidamente fundamentado ou ainda revogar ou anular a licitação, sem que caiba aos licitantes o direito de reclamação ou indenização.



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

### CAPÍTULO V - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIADA

- Art. 15 A beneficiada, como sendo a CONCESSIONÁRIA, compromete-se a assumir o bem sob sua exclusiva responsabilidade, possuindo a obrigação de:
- I Todas as instalações e atividades desenvolvidas pela beneficiada deverão estar devidamente licenciadas pelos órgãos públicos, em especial no que se refere as licenças ambientais.
- II Prever e executar a construção de instalações ou equipamentos especiais de proteção ao meio ambiente que se fizerem necessários, conforme o processo utilizado na industrialização das matérias primas, bem como dos resíduos deles decorrentes ou no armazenamento dos produtos para revenda, de acordo com disposições legais dos órgãos de fiscalização ambiental do Município, Estado e União.
- III Recuperar totalmente as áreas que forem eventualmente degradadas em decorrência dos processos industriais utilizados.
- IV Dar início aos trabalhos de implantação do projeto apresentado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do Contrato, devendo o empreendimento iniciar suas operações no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Contrato de Incentivos.
- **Parágrafo único -** Considera-se como início da implantação o protocolo dos projetos definitivos da obra para análise e aprovação e expedição do alvará de construção; E como início das operações o registro de compra de matérias primas ou produtos para revenda.
- I Utilizar o imóvel de acordo com o projeto apresentado e aprovado.
- II Apresentar relatório sobre o nível de empregos e movimento econômico, anualmente, até 30 de março, devendo cumprir requisição do Município de documentos probatórios idôneos das informações prestadas;
- III Sujeitar-se à fiscalização de suas atividades por parte do Município de Erval Velho e do CMDE - Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- IV Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- *V* Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- VI Observar a Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- VII Realizar a seleção, treinamento, habilitação da mão de obra necessária e responsabilizar-se pela contratação e registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades e procedimentos exigidos pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- VIII Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Erval Velho, ao meio ambiente ou a terceiros em decorrência da execução de suas atividades, respondendo por si e por seus sucessores.
- IX Manter os imóveis e benfeitorias em condições adequadas de limpeza e conservação.
- *X* Manter, durante todo o período contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas neste Edital.

### CAPÍTULO VI - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- Art. 16 Realizar e cumprir o incentivo econômico dispostos neste edital.
- Art. 17 Fiscalizar permanentemente, através do CMDE Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, o cumprimento das metas propostas.
- Art. 18 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares relativas às atividades industriais, comerciais ou prestação de serviços e as cláusulas contratuais estabelecidas através deste instrumento.

#### CAPÍTULO VII – DA REVERSÃO DOS BENS

- **Art. 19 -** Reverterá de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus, direito de retenção ou indenização, o bem concedido e as benfeitorias e melhorias acrescidas pelo beneficiário quando:
- I N\u00e3o iniciar os trabalhos de implanta\u00e7\u00e3o do projeto no prazo de 120 dias.
- II N\u00e3o iniciar atividade dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias ap\u00f3s a concess\u00e3o do incentivo.
- III N\u00e3o utilizado em conformidade com o projeto apresentado e aprovado.
- IV Paralisadas as atividades da beneficiada por período superior a 06 (seis) meses, sem motivo justo ou de força maior.
- V Ocorrer falência ou concordata da beneficiada.
- VI Pelo descumprimento das metas propostas por 2 (dois) anos consecutivos, sem a ocorrência de fatos justificados e aceitos pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico MDE.
- VII Ao final do período de concessão previsto.



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

### CAPÍTULO VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- Art. 20 Das decisões da Comissão Permanente de Licitações caberá recurso administrativo, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 21 O recurso administrativo interposto pela parte legitimamente interessada será dirigido ao Prefeito, que o encaminhará à Comissão de Licitação para apreciação.
- § 1° Da análise do recurso a Comissão emitirá posição favorável à reforma da decisão proferida na ata de julgamento que motivou o recurso, ou manutenção da mesma.
- § 2° Esta posição será encaminhada à apreciação do setor jurídico e administrativo que pronunciará a decisão final, constituindo-se esta a última instância administrativa.
- Art. 22 No cumprimento dos quesitos aqui mencionados fica tacitamente compreendida a aceitação das normas do presente Edital.
- *Art. 23* Onde este Edital for omisso, prevalecerão os termos da Lei n° 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores.
- Art. 24 O resultado desta **CONCORRÊNCIA** será afixado no mural da Prefeitura Municipal de Erval Velho, SC.
- Art. 25 Os proponentes poderão obter outros elementos de caráter legal ou interpretações deste EDITAL junto a Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Erval Velho/SC, no endereço retro mencionado e pelo telefone (049) 3542-1222.
- Art. 26 Este Edital está de acordo com a Lei nº 8.666/93, devidamente atualizada.

Erval Velho (SC), 01 de novembro de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal.

Visto Setor Jurídico:



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

#### ANEXO I

#### MINUTA - TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ......./2016

Termo de contrato administrativo de Concessão de Direito Real de Uso, que fazem entre si o Município de Erval Velho, SC e a ......vencedora da Concorrência n° 003/2016 (processo licitatório n.º 063/2016).

**OUTORGANTE CONCEDENTE: O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.422/0001-91, sito a Rua Nereu Ramos, 204, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Walter Kleber Kucher Junior.

OUTORGADO CONCESSIONÁRIA:	pessoa
jurídica de direito, inscrita no CNPJ sob n.º, com sede a Rua	,
Centro da cidade de, neste ato representada pelo seu	, Sr.
, CPF n.º	

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

O objeto do presente contrato é a Concessão de Direito Real de Uso do bem imóvel abaixo descrito, de propriedade do Município de Erval Velho, nos termos da Lei Complementar nº 030 de 19 de agosto 2011, com a finalidade de instalação de empreendimento.....:

Um imóvel **Área 01 "A**" constituído por um terreno com a área de 2.103,61 m² ( dois mil cento e três metros e sessenta e um decímetros quadrados) sem benfeitorias situado na Rua Primo Luiz Mozzer, Bairro da Gruta, Município de Erval Velho, descrito no memorial descritivo (anexo) que faz parte integrante deste edital

### CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações do Município

Sem prejuízo das demais disposições desse instrumento, incumbe ao MUNICÍPIO:

- I Realizar e cumprir o Incentivo Econômico dispostos neste edital.
- II Fiscalizar permanentemente, através do CMDE Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, o cumprimento das metas propostas.
- III Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares relativas às atividades industriais, comerciais ou prestação de serviços e as cláusulas contratuais estabelecidas através deste instrumento.

## CLÁUSULA TERCEIRA - Das Obrigações da CONCESSIONÁRIA:

A **CONCESSIONÁRIA**, compromete-se a assumir sob sua exclusiva responsabilidade, os bens acima descritos, possuindo a obrigação de:



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

- I Todas as instalações e atividades desenvolvidas pela beneficiada deverão estar devidamente licenciadas pelos órgãos públicos, em especial no que se refere as licenças ambientais.
- II Prever e executar a construção de instalações ou equipamentos especiais de proteção ao meio ambiente que se fizerem necessários, conforme o processo utilizado na industrialização das matérias primas, bem como dos resíduos deles decorrentes ou no armazenamento dos produtos para revenda, de acordo com disposições legais dos órgãos de fiscalização ambiental do Município, Estado e União.
- III Recuperar totalmente as áreas que forem eventualmente degradadas em decorrência dos processos industriais utilizados.
- IV Dar início aos trabalhos de implantação do projeto apresentado no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da assinatura do Contrato, devendo o empreendimento iniciar suas operações no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da data da assinatura do Contrato de Incentivos.

**Parágrafo único -** Considera-se como início da implantação o protocolo dos projetos definitivos da obra para análise e aprovação e expedição do alvará de construção; E como início das operações o registro de compra de matérias primas ou produtos para revenda.

- I Utilizar o imóvel de acordo com o projeto apresentado e aprovado.
- II Apresentar relatório sobre o nível de empregos e movimento econômico, anualmente, até 30 de março, devendo cumprir requisição do Município de documentos probatórios idôneos das informações prestadas;
- III Sujeitar-se à fiscalização de suas atividades por parte do Município de Erval Velho e do CMDE Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.
- IV Responsabilizar-se pela apuração e recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar, de imediato, quando solicitados, todos e quaisquer comprovantes de pagamento e quitação.
- *V* Cumprir com as determinações estabelecidas pelo Ministério do Trabalho, relativas à segurança e medicina do trabalho.
- VI Observar a Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- VII Realizar a seleção, treinamento, habilitação da mão de obra necessária e responsabilizar-se pela contratação e registro profissional do pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.
- VIII Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao Município de Erval Velho, ao meio ambiente e/ou a terceiros em decorrência da execução de suas atividades, respondendo por si e por seus sucessores.
- IX Manter os imóveis e benfeitorias em condições adequadas de limpeza e conservação.
- X Manter, durante todo o período contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação estabelecidas no Edital e no contrato.



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

#### CLÁUSULA QUARTA - Do Prazo:

O prazo de vigência da concessão objeto deste certame será de 10 (dez) anos consecutivos, contados a partir da data da assinatura deste Contrato Administrativo de Concessão do Direito Real de Uso, podendo ser prorrogado por mais 10 (dez) anos, se estiver sendo atingida a finalidade da permissão e as metas previstas.

#### CLÁUSULA QUINTA - Da Reversão dos bens:

Reverterá de pleno direito ao Poder Público Municipal, livre de quaisquer ônus, direito de retenção ou indenização, bem concedido e as benfeitorias acrescidas pelo beneficiário quando:

- I Não iniciar os trabalhos de implantação do projeto no prazo de 120 dias.
- II Não iniciar atividade dentro de 360 (trezentos e sessenta) dias após a concessão do incentivo.
- III Não utilizado em conformidade com o projeto apresentado e aprovado.
- IV Paralisadas as atividades da beneficiada por período superior a 06 (seis) meses, sem motivo justo ou de força maior.
- *V* Ocorrer falência ou concordata da beneficiada.
- VI Pelo descumprimento das metas propostas por 2 (dois) anos consecutivos, sem a ocorrência de fatos justificados e aceitos pela Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico MDE.
- VII Ao final do período de concessão previsto.
- § 1º Em caso de rescisão, com fundamentação nos incisos desta Cláusula, os fatos determinantes serão apurados por comissão especialmente designada, assegurada ampla defesa à CONCESSIONÁRIA.
- § 2º O MUNICÍPIO e a CONCESSIONÁRIA poderão a qualquer tempo rescindir o presente Contrato, por mútuo acordo.
- § 3º Em caso de rescisão, com fundamentação no parágrafo anterior, a parte que queira promover a rescisão deverá comunicar a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA SEXTA - Das Penalidades:

- O cumprimento das obrigações assumidas em desacordo com o pactuado, ou seu descumprimento parcial ou total, acarretarão à **CONCESSIONÁRIA** as seguintes penalidades, conforme a gravidade da infração:
- I Advertência por escrito, nos casos em que não estejam sendo observadas especificações editalícias ou normas pertinentes;
- II Multa, com valor a ser definido de acordo com a gravidade da infração em que a CONCESSIONÁRIA incorrer, devidamente apurada pelo CMDE Conselho Municipal de

# PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO



RUA NEREU RAMOS, № 204, CENTRO, ERVAL VELHO, SC, CEP 89613-000 FONE: (49) 3542-1222 - e-mail: compras @ervalvelho.sc.gov.br CNPJ nº 82.939.422/0001-91

Desenvolvimento Econômico;

- III Suspensão pelo período de 24 (vinte e quatro) meses para licitar ou contratar com o MUNICÍPIO, pela recusa em observar as disposições deste contrato;
- IV Declaração de inidoneidade, nos termos do art. 87, inc. IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

**Parágrafo Único** – A pena de multa prevista nesta cláusula não tem caráter compensatório, porém moratório, e, conseqüentemente, o pagamento dela não exime a **CONCESSIONÁRIA** da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao **MUNICÍPIO** ou a terceiros.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – Das Disposições Gerais:

Os casos omissos no presente Termo Contratual serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e suas posteriores alterações, bem como através da legislação pertinente.

#### CLÁUSULA OITAVA - Do Foro:

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Herval D'Oeste/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas porventura emergentes da presente contratação.

E, por estarem justos e contratados, lavram, datam e assinam, juntamente com as testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Erval Velho, SC, de de 2.016	
Walter Kleber Kucher Junior, Prefeito Municipal.	
Testemunhas:	
Nome: CPF:	Nome: CPF:
Visto do Advogado da Unidade Gestora	